

Contraste

ruim para o

Economia. Brasil

governo

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO*

O contraste entre o otimismo dos mercados nas próximas semanas e o maior sofrimento da população tem consequências políticas desfavoráveis ao governo. A nova equipe econômica conseguiu mostrar ao mundo que a flutuação do câmbio não significa o abandono de seus compromissos básicos: como a estabilidade, a integração internacional e o pagamento de dívidas. Não havendo segundas intenções na segunda carta de intenções que o governo acaba de firmar com o Fundo Monetário, o aporte de recursos no próximo mês interrompe o esgotamento paulatino que vinha ocorrendo das reservas internacionais e abre espaço para o ajuste.

Os mercados financeiros reagiram bem às expectativas de boas notícias. A cotação do dólar reagirá melhor ainda aos desembolsos. Menores pressões sobre a taxa de câmbio, nos meses de abril e maio, criam excelente oportunidade para que a queda do preço do dólar em reais viabilize uma inflação mais baixa para o resto do ano. Mas não garante isso. O governo precisa, agora, informar à sociedade sua reafirmação dos compromissos assumidos, do resgate dos projetos de reforma do Estado para melhor servir à população e da contenção da inflação.

A melhoria de perspectivas ocorrerá em um momento de más notícias internas. Uma consequência da desvalorização será a queda do consumo dos brasileiros. Quanto maior for a resistência (natural) à queda do consumo, maior a queda do investimento. Quanto maior for a contenção do consumo do setor público, menor a contração do consumo da população. Não há por que esperar que as escolhas fiquem mais fáceis depois da desvalorização.

Em um mundo feito de papel, lápis e lógica, no qual preços e salários fossem perfeitamente flexíveis para baixo, uma queda generalizada dos rendimentos nominais (exceto o lucro dos exportadores) permitiria um ajuste sem recessão ou inflação. No mundo real dos conflitos administrados e de rigidez dos rendimentos à baixa, há pressões inflacionárias de todos os lados: custos de matérias-primas

importadas são repassados, bens importados de consumo ficam mais caros e, assim, permitem que seus concorrentes nacionais aumentem de preço, o governo aumente impostos para defender seu consumo, os trabalhadores tentem recuperar a queda do poder de compra dos salários.

Caso não houvesse incerteza sobre o futuro, uma resposta positiva da produção poderia resolver o problema, daí a ilusão de que a existência de capacidade ociosa seja razão suficiente para um barateamento geral do crédito, como forma de encontrar uma saída de crescimento para a desvalorização. Outra vez, papel, lápis e lógica não resolvem. No mundo concreto, cheio de incertezas acerca do futuro, a percepção de menor poder de compra pressiona o financiamento e requer resistência do Banco Central à expansão monetária. Caso contrário, o aumento imediato de preços pós-desvalorização transforma-se em mais inflação e em queda de salário real, como forma de eliminar o excesso de poder de compra.

A piora da recessão é inevitável antes que a recuperação de confiança se transforme em recuperação econômica, via aumento das exportações. Como lidará o governo diante das frustrações da população com a queda do poder de compra dos salários, aposentadorias e pensões, com a diminuição das oportunidades de emprego para os jovens, com as decepções frente ao aumento nominal que é viável para o salário mínimo?

A piora dos indicadores econômicos e sociais em 1999 frustrará o sonho de melhorar a vida da população via estabilidade econômica, a menos que o governo tenha com o público interno o mesmo sucesso que obteve com o público externo.

**“Como
lidará o
governo
diante das
frustrações
da população
com a queda
do poder de
compra dos
salários?”**
